



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL

**Estado do
Rio Grande do Sul**

LEI MUNICIPAL Nº 529/2008

**AUTORIZA O MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO
EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIRMAR ACORDO
JUDICIAL COM O MUNICÍPIO DE PALMARES
DO SUL, PARA O RECEBIMENTO DE VALORES
ORIUNDOS DO PROCESSO JUDICIAL Nº
151/1.01.0000359-7, REFERENTE A PRESTAÇÃO
DE CONTAS DO ANO DE 1996, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

MARCO ANTÔNIO MONTEIRO CARDOSO, Prefeito Municipal de Capivari do Sul.
FAÇO SABER, que eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Município de Capivari do Sul, através de seu Executivo Municipal, autorizado a firmar **ACORDO JUDICIAL**, para o recebimento do crédito originário da prestação de Contas com o Município de Palmares do Sul, nos termos da Lei Estadual nº 9.070 de 02 de maio de 1990, relativos ao período de 28.12.95 a 31.12.96, em consonância ao processo emancipatório.

ARTIGO 2º - O valor do débito atualizado pela Contadoria da Comarca de Palmares do Sul, na data de 06/11/2007, correspondia a R\$ 1.562.783,19 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e três reais e dezenove centavos).

ARTIGO 3º - Os referidos valores deverão ser pagos pelo Município de Palmares do Sul em 08 (oito) anos, em pagamentos anuais, vencendo-se a primeira parcela em 30/06/2009 e assim sucessivamente, em razão da necessidade de inclusão dos valores no orçamento daquele Município.

ARTIGO 4º - Fica outrossim, autorizado a excluir os valores apontados como devidos a título de fundo de previdência.

Parágrafo único - A exclusão de que trata este artigo está condicionado a assunção pelo Município de Palmares do Sul através de termo de acordo, dos valores relativos a compensação previdenciária de que trata a Lei Federal nº. 9.796/99, quanto à aposentadoria dos servidores oriundos daquele Município, desde o dia de suas admissões até o dia 31/12/1996, ocasião em que foram desligados daquele Município e transferidos para o Município de Capivari do Sul, por opção dos mesmos por força da Lei 9.070/90 no dia 01.01.1997.

ARTIGO 5º - O ingresso da Receita prevista nesta Lei serão lançadas à conta de dotações próprias a serem consignadas no orçamento por ocasião do primeiro pagamento.

ARTIGO 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL, em 28 de março de 2008

Marco Antônio Monteiro Cardoso
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

José Mauro Fraga Salerno
Sec. Mun. de Administração

“Doe órgãos, doe sangue. Salve vidas.”